

DECRETO Nº 3191

de 06 de novembro de 2019

“Dispõe sobre a criação do regimento interno do Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Fetal, Infantil e Materna - CMPMFIM/CHS de Chapadão do Sul e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que a redução da mortalidade materna e neonatal no Brasil é ainda um desafio para os serviços de saúde e a sociedade como um todo. As altas taxas encontradas se configuram como uma violação dos direitos humanos de mulheres e crianças e um grave problema de saúde pública, atingindo desigualmente as regiões brasileiras com maior prevalência entre mulheres e crianças das classes sociais com menor ingresso e acesso aos bens sociais. Entendendo que o enfrentamento da problemática da morte fetal, infantil e materna e implica no envolvimento de diferentes atores sociais, de forma a garantir que as políticas nacionais sejam, de fato, executadas e respondam às reais necessidades locais da população, o Ministério da Saúde propôs a adoção do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Na perspectiva da equidade, o pacto incorpora ações específicas para mulheres e seus recém-nascidos. Surgindo, assim os Comitês de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal que são organismos de natureza interinstitucional, multiprofissional cuja atuação preserva o caráter confidencial, não coercitivo ou punitivo, ético, técnico, educativo e consultivo e tem por finalidade: analisar os óbitos maternos, infantis e fetais com o objetivo de identificação de fatores de evitabilidade; avaliar a qualidade da assistência à saúde prestada à mulher e a criança para subsidiar as políticas públicas; e elaborar propostas de medidas de intervenção para redução destes óbitos. Os Comitês são instrumentos fundamentais para a qualificação da assistência integral prestada à mulher em idade fértil, à gestante, à parturiente, à puérpera e ao recém-nascido e à criança, e permitem um maior grau de aderência social, aumento da transparência administrativa e da eficácia da gestão pública,

consolidando os espaços de diálogo e controle social. Salienta-se que os comitês são organismos permanentes de atuação, independente das políticas públicas de governo vigentes, salvo por deliberação e resolução contrárias.

Neste contexto, o Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Fetal, Infantil e Materna Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Fetal, Infantil e Materna (CMPMFIM/CHS), foi instituído em 14 de agosto de 2019 pela ata nº 01 de 2019; DECRETA:

Art. 1º.

Fica criado o regimento interno do Comitê de Prevenção da Mortalidade Fetal, Infantil e Materna CMPMFIM/CHS de Chapadão do Sul.

TÍTULO I.

DA ESTRUTURAÇÃO

Art. 2º.

Os Comitês de Prevenção da Mortalidade Materna e de Prevenção da Mortalidade fetal e infantil no âmbito municipal estão organizados em formato único – Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Fetal, Infantil e Materna (CMPMFIM/CHS), com o propósito de racionalizar sua atuação e aperfeiçoar seus processos de trabalho em uma instância interinstitucional, multiprofissional, com objetivo de analisar os óbitos de mulheres em idade fértil, maternos, neonatais e infantis ocorridos no Município, para propor ações nas diversas unidades de saúde tanto no âmbito da atenção básica quanto hospitalar, a fim de prevenir novas mortes evitáveis. Sua atuação é técnico-científica e consultiva, sigilosa, com função eminentemente educativa e preventiva.

Art. 3º.

O Comitê Municipal está vinculado à Coordenação de Atenção Básica à Saúde da Mulher Rede Cegonha, Vigilância Epidemiológica /CCIH Do Hospital Municipal e Secretaria Municipal de Saúde.

1º

A Secretaria Municipal de Saúde responderá pelo apoio técnico, administrativo e financeiro do Comitê Municipal

2º

Entende-se por apoio técnico e administrativo a oferta de uma estrutura física

e de recursos humanos capazes de darem suporte técnico-operacional para a organização e funcionamento do Comitê, bem como dos processos demandados. E, como apoio financeiro, a inclusão nas dotações orçamentárias das respectivas áreas, valores de diárias para viagens, de confecção de material educativo/instrutivo para a realização de reuniões técnicas, capacitações, seminários e outros eventos que contribuam para a redução da mortalidade materna, infantil e Fetal.

Art. 4º.

Incorpora-se à estrutura do Comitê Municipal representantes titulares e suplentes, designados por suas respectivas instituições e áreas técnicas, como um grupo

eminentemente técnico que analisará os óbitos maternos, fetais e infantis em reuniões, doravante

denominadas Reuniões Técnicas do Comitê. Este grupo de análise preservará a confidencialidade

dos dados e o sigilo das informações e, subsidiará o Comitê Estadual de relatórios técnicos para

que este exerça suas funções propositivas e mobilizadoras.

Art. 5º.

O Comitê Municipal deverá estar interligado com os comitês regionais e estadual horizontalmente, formando uma rede de cooperação técnica - científica em prol da redução da mortalidade materna, infantil e fetal

Parágrafo único. .

O comitê deverá respeitar um processo eleitoral vigente de dois em dois anos para sua reestruturação e organização podendo haver membros indicados pela

Secretaria Municipal de Saúde para o processo eleitoral.

TÍTULO II.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º.

Comitê Municipal de Prevenção da Mortalidade Fetal, Infantil e Materna (CMPMFIM/CHS), é composto por membros natos, indicados e convidados.

Parágrafo único. .

É fundamental que todos os membros estejam vinculados, direta ou indiretamente, aos cuidados da mulher e da criança e que tenham competência técnica para cumprir e/ou dar encaminhamentos na sua área de atuação

Art. 7º.

São membros natos e indicados os profissionais das seguintes áreas da Secretaria Municipal de Saúde:

a).

Representantes da Epidemiologia em Saúde e Vigilância em Saúde;

b).

Representantes da Estratégia Saúde da Família;

c).

Representantes da Unidade Básica de Saúde;

d).

Representantes da Unidade Básica de Saúde;

e).

Representantes dos Agentes Comunitários de Saúde;

f).

Responsáveis Técnicos do Hospital Municipal;

g).

Representantes do NASF;

h).

Representantes da CCIH.

h).

Representantes da CCIH.

Art. 8º.

A presidência, a Vice-Presidência e a Secretaria Executiva do CMPMFIM serão preenchidas por membros eleitos entre seus pares.

1º

Por deliberação do CMPMFIM o mandato para os cargos descritos no “caput” deste artigo, será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por no máximo mais 2 (dois) anos.

2º

Por deliberação do CMPMFIM o mandato para os membros descritos no artigo anterior será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por no máximo mais 2 anos.

Art. 9º.

O CMPMFIM/CHS poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições ou entidades que possam contribuir para a análise de casos ou para a realização de trabalhos específicos.

1º

Os membros convidados terão direito à voz, porém não a voto.

2º

A inexistência de representações de qualquer uma dessas entidades não impede a organização e os processos de trabalho do comitê.

Art. 10.

Fica a critério do Secretário Municipal de Saúde inserir novas formas de participação social, por meio das redes sociais e dos mecanismos digitais de participação via internet.

Art. 11.

Os membros natos e indicados do Comitê elegerão por ocasião da inauguração dos trabalhos e, por meio de votação fechada, um presidente, vice-presidente e um secretário executivo dentre àqueles que manifestarem interesse, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por no máximo 2 anos.

Art. 12.

Os membros do CMPMFIM serão nomeados e empossados através de decreto municipal.

Parágrafo único. .

No caso de vacância regulamentar a escolha desse representante, do cargo vago, através de nomeação indicada pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a representação, e esse poderá permanecer por 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por no máximo 2 anos.

TÍTULO IV.

DAS FINALIDADES DO COMITÊ

Art. 13.

São objetivos do Comitê Municipal:

I.

Estabelecer uma rede Municipal de vigilância de óbitos fetais, infantis e maternos por meio da organização e monitoramento da epidemiologia do Município;

II.

Propor normas de funcionamento do comitê municipal em sintonia com o nível estadual/federal, a fim de garantir qualidade, confiabilidade e comparabilidade das informações obtidas no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul;

III.

Colaborar com a Vigilância Epidemiológica para a qualificação dos registros de óbitos e nascidos vivos, dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade - SIM, e sobre Nascido Vivo - SINASC, respectivamente; e fluxos das informações para as instâncias parceiras;

IV.

Realizar monitoramento permanente dos casos de morte fetal, infantil e materna no Município de Chapadão do Sul, enfocando os múltiplos aspectos de seus determinantes;

V.

Construir relatórios, considerando todas as contribuições do Comitê Municipal, que possam constituir subsídios para aperfeiçoamento das políticas de redução da mortalidade fetal, infantil e materna;

VI.

Propor medidas e recomendações, após as análises das investigações dos óbitos fetais, infantis e maternos, para secretários e gestores de saúde de qualquer ente federativo ou unidades de saúde;

VII.

Propor normas e ações articuladas com o Comitê Estadual de Segurança do

Paciente, participando das atividades deste comitê no que tange à segurança dos cuidados obstétricos, puerperais e infantis;

VIII.

Acompanhar as ações da Secretaria Municipal de Saúde nos processos de articulação e integração das diferentes instituições e instâncias envolvidas com a saúde da mulher e da criança;

IX.

Acompanhar, analisar e avaliar, no âmbito Municipal, as políticas e os programas vigentes de assistência à saúde da mulher e da criança até os dois primeiros anos de vida segundo as causas de óbitos evitáveis fetais, infantis e maternos;

X.

Mobilizar os diversos setores da sociedade envolvidos com a saúde da mulher e criança para a redução da mortalidade fetal, infantil e materna.

TÍTULO V.

DAS COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS

Art. 14.

Compete à Presidência do Comitê Municipal:

I.

Presidir e coordenar as reuniões ordinárias;

II.

Coordenar o planejamento da agenda do CMPMFIM /CHS;

III.

Convocar as reuniões extraordinárias;

IV.

Estabelecer contatos oficiais com autoridades quando necessário;

V.

Convidar representantes de outros órgãos e/ou entidades que contribuam na execução de atividade específica;

VI.

Promover o encaminhamento das propostas sugeridas pelo Comitê, aos Órgãos e/ou instituições afins;

VII.

Homologar, assinar e encaminhar os processos, documentos, correspondências, analisados pelo Comitê;

VIII.

Representar o CMPMFIM/CHS em eventos oficiais quando convidado (a);

IX.

Dirimir os casos omissos, ou seja, não tratados neste regimento.

Art. 15.

Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas atribuições.

Art. 16.

Compete aos membros natos e indicados:

I.

Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias;

II.

Analisar e avaliar os relatórios recebidos dos Comitês Regionais, da Diretoria de Análise de Situação de Saúde, ou demandados das áreas técnicas da SMS sobre mortalidade fetal, infantil e materna;

III.

Propor recomendações ou medidas de prevenção à mortalidade fetal, infantil e materna;

IV.

Participar de treinamentos/capacitação relativos à mortalidade quando requisitados.

TÍTULO VI.

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 17.

Ao Secretário do Comitê Municipal (a) Executivo (a) compete:

I.

Elaborar as atas das reuniões;

II.

Acompanhar as atividades do serviço administrativo quanto à convocação e agenda dos membros para as reuniões;

III.

Prestar informações aos interesses do Comitê necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

IV.

Elaborar, distribuir, organizar e arquivar documentos.

TÍTULO VI.

DAS REUNIÕES

TÍTULO VI.

DAS REUNIÕES

Art. 18.

O CMPMFIM/CHS reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada mês, e extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias por convocação do seu Presidente.

Art. 19.

As reuniões deverão ser presididas pela presidência ou pela vice-presidência do CMPMFIM.

Art. 20.

As reuniões ordinárias e extraordinárias serão públicas e instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria simples dos seus membros (natos, indicados e convidados) com direito a voto.

Art. 21.

As decisões ou recomendações serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 22.

As frequências dos membros natos e indicados serão feitas pela lista de presença a cada reunião.

Art. 23.

Cada membro nato ou indicado poderá faltar, sem justificativa, no máximo a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas num período de 1 ano, sob pena de comunicação oficial à entidade ou órgão representado pela presidência do comitê

Parágrafo único. .

A entidade ou órgão representado deverá indicar ou não, novos membros (titular e suplente) até a próxima reunião.

Art. 24.

O membro suplente poderá participar de todas as reuniões e atividades do comitê, com direito a voz na presença do titular e, voz e voto na ausência deste.

Art. 25.

As convocações para as reuniões serão feitas por e-mail com antecedência de no mínimo 05 (cinco) dias corridos, uma vez com a agenda definida.

Art. 26.

As pautas das reuniões serão encaminhadas com antecedência de no mínimo 24 (vinte quatro) horas antes das datas das reuniões.

Art. 27.

O comitê ficará aberto a participação de pessoas ou entidades desde que o assunto proposto venha ao encontro de seus objetivos, mediante agendamento prévio e autorização do presidente.

Art. 28.

As propostas e recomendações emanadas do Comitê Municipal que envolvam macro políticas de saúde ou macroprocessos de trabalho que fundamentalmente possam impactar a redução da mortalidade materna, fetal e infantil poderão ser apresentadas em CIBSUS/MS, CIR ou CIRA quando se tratarem respectivamente de Estado, Região de Saúde ou Região de Saúde Ampliada.

TÍTULO VII.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29.

Todo membro titular e suplente deverá manter atualizado o seu cadastro junto ao CMPMFIM (nome completo, e-mail, telefone celular, endereço e telefone da instituição/órgão representado). Qualquer alteração deve ser, imediatamente, comunicada ao Secretário do Comitê Municipal (a) Executivo (a).

Art. 30.

As entidades e órgãos que compõem o Comitê poderão substituir seus membros indicados, mediante ofício dirigido à Coordenação de Atenção Básica à Saúde da Mulher Rede Cegonha.

Art. 31.

Todos os membros, natos e indicados, deverão assinar um termo de compromisso em que se comprometem a manter sigilo e confidencialidade dos dados obtidos nas investigações dos óbitos.

Art. 32. *Os casos omissos deste Regimento serão discutidos e resolvidos oportunamente pelo Comitê Municipal.*

Art. 33.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, regimento interno aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde Resolução n° 09, de 12 de setembro de 2019, retroagindo os seus efeitos na data do dia 14 de agosto de 2019.

Chapadão do Sul – MS, 06 de novembro de 2019

JOÃO CARLOS KRUG PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em